



**EXCELENTÍSSIMO CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROCESSO Nº** : 16.624-3/2020 (AUTOS DIGITAIS)  
**ASSUNTO** : REVISÃO - PENSÃO  
**UNIDADE** : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE/MT  
**INTERESSADO(A)** : CHRISTINE KETILLEN DE SOUZA ALMEIDA  
**RELATOR** : CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

**DILIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS Nº 59/2021**

1. O **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo, representado pelo Procurador de Contas que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições institucionais, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 100 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução Normativa nº 14/2007) **converter a emissão de parecer em PEDIDO DE DILIGÊNCIA**, nos termos a seguir expostos:

**1. DOS FATOS**

2. Trata-se de **Revisão** do ato que concedeu Pensão temporária à **Sra. CHRISTINE KETILLEN DE SOUZA ALMEIDA**, portadora do RG nº 269.1130-2 SESP/MT, CPF nº 057.822.971-40, em face do falecimento da Sra. **MARCIA REGINA DE ALMEIDA**, portadora do RG 909.137 SSP/MT e do CPF 603.796.851-91, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação no município de Lucas do Rio Verde/MT, registrado conforme Acórdão 505/2017-TP, em cumprimento de decisão judicial nos autos do processo de Ação Ordinária de Pensão por Morte com Pedido de Tutela de Urgência sob nº 1000504-75.2017.8.11.0045 que tramita na 6ª Vara do Poder Judiciário de Lucas do Rio Verde/MT.

3. Compulsando os autos, verifica-se que a beneficiária requereu por

---

**4ª Procuradoria do Ministério Público de Contas - Gabinete do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho**

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, nº 1 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT

Telefone: (65) 3613-7621 e-mail: gab.getulio@tce.mt.gov.br - www.mpc.mt.gov.br





meio de um processo judicial com pedido de tutela de urgência a revisão do benefício de pensão por morte em decorrência do falecimento da sua genitora. Em cumprimento a decisão judicial, foi publicada uma portaria<sup>1</sup> para revisão do benefício.

4. Em relatório preliminar, a SECEX de Previdência opinou pelo registro da Portaria nº 040/2020 e legalidade da planilha de benefício no valor de R\$ 4.011,04 (doc. Digital nº 186622/2020).

5. Vieram os autos para análise ministerial. É a síntese do necessário.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

6. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 71, III, c/c art. 75, conferiu aos Tribunais de Contas a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, sendo de sua atribuição, portanto, cancelar o ato administrativo, por natureza complexo.

7. Desta forma, apesar de surtir efeitos a partir da publicação do ato concessivo pela unidade de origem, o ato administrativo não está perfeito, pois lhe falta a manifestação do Tribunal de Contas em relação à legalidade e registro do ato.

8. Importante destacar que, por meio do **Acórdão 505/2017-TP**, foi registrada por esta Corte de Contas a **Portaria 225/2017** concessiva da pensão por morte, em caráter temporário, em benefício da Sra. Christine Ketillen de Souza Almeida (**Processo nº 175234/2017**). Vejamos trecho do voto:

Diante do exposto, ACOLHO o Parecer Ministerial 5.402/2017, subscrito pelo Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps e conforme artigo 1º, VI, c/c artigo 43, II, ambos da Lei Complementar 269/07, **VOTO** no sentido de **JULGAR LEGAL** a planilha de cálculo de proventos e

<sup>1</sup> Documento digital 178302/2020 fl.50





**REGISTRAR** a Portaria 225/2017, publicada no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso, em 10/08/2017, que dispõe sobre a concessão de **pensão por morte**, em caráter temporário, à Senhora **Christine Ketillen de Souza Almeida**, (filha), em razão do falecimento da Senhora **Márcia Regina de Almeida**, ocorrido em 03/08/2016, servidora efetiva, no cargo de Professora, Classe “B”, Nível “III”, lotada, quando em atividade, na Secretaria Municipal de Educação, no município de Lucas do Rio Verde/MT, com fundamento nos termos do artigo 40, § 7º, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c artigo 30, II artigo 31, I, artigo 33 e seguintes da Lei 2.562/2016 e artigo 7º, I da Lei 2.134/2013 que dispõe sobre a reestruturação do Regime próprio de Previdência Social do Município de Lucas do Rio Verde/MT, por força da decisão judicial concedida em sede de Tutela de Urgência, nos autos do processo 1000504 75.2017.8.11.0045, da Ação Ordinária de Pensão por Morte com Pedido de Tutela Antecipada, que tramita na 6ª Vara da Comarca de Lucas do Rio Verde – MT. **(Processo nº 17.523-4/2017, doc. Digital nº 320056/2017)** grifo original

9. Ocorre que a Portaria nº 40/2020, que pretende a revisão do benefício, menciona em seu texto o Processo nº 269573/2017<sup>2</sup>, senão vejamos:

Art. 1º - **REVISAR** o benefício de pensão por morte em decorrência do falecimento da servidora Sra. **Marcia Regina de Almeida**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 909137 – SSP/MT e do CPF n.º 603.796.851-91, que corresponde ao processo original da **Pensão por Morte nº 26.957-3/2017**, Acórdão sob n. 505/2017, em favor da interessada **Christine Ketillen de Souza Almeida**, portadora do RG n 2691130-2 SESP/MT e do CPF sob n. 057.822.971-40, em cumprimento de decisão judicial nos autos do processo de **Ação Ordinária de Pensão por Morte com Pedido de Tutela de Urgência sob n. 1000504-75.2017.8.11.0045** que tramita na 6ª Vara do Poder Judiciário de Lucas do Rio Verde, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º 2020.07.12682R1, até posterior deliberação.

10. Em consulta ao sistema Control-p, **observa-se que o Processo nº 26.957-3/2017, mencionado na portaria, refere-se a aposentadoria por idade e tempo de contribuição** concedido pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cuiabá, também registrada pelo Acórdão nº 505/2017-TP.

11. Dessa forma, detectada a impropriedade na portaria de revisão, o Ministério Público de Contas manifesta-se pela devolução dos autos para que proceda a notificação do gestor, a fim de que retifique a portaria concessória diante da

<sup>2</sup> Documento digital 178302/2020 fl. 51





desarmonia exposta.

### 3. CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais, requer, a Vossa Excelência a realização de **DILIGÊNCIA**:

a) para a citação do gestor, a fim de que retifique a Portaria nº 40/2020 para constar o processo nº 17.523-4/2017; e

b) após a diligência e nova análise pela equipe técnica, pugna pelo retorno dos autos ao Ministério Público de Contas, no prazo regimental, para emissão de parecer conclusivo.

**Ministério Público de Contas, Cuiabá, 14 de abril de 2021.**

(assinatura digital)<sup>3</sup>  
**GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO**  
Procurador de Contas

3 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa n. 09/2012 – TCE/MT.

